

[Download PDF](#)



**Agência iNFRA**  
**iNFRAEnergia**

Brasília, 06 de janeiro de 2025

**edição 1.704**

**Bom dia!**

**Nesta edição do iNFRAEnergia:** [Cortes de Energia](#) | [Diário Oficial](#) | [Agenda](#) | [Monitor](#) | [Fique de Olho](#) | [Clipping](#)

**CUSTOS DOS CORTES DE ENERGIA SOLAR E EÓLICA DEVEM SER COMPARTILHADOS COM A GERAÇÃO DISTRIBUÍDA, QUE EXPANDE DE FORMA DESCOORDENADA, AVALIA INSTITUTO**

**Marisa Wanzeller, da Agência iNFRA**

Os custos do curtailment ou constrained-off, como são chamados os cortes de geração solar e eólica determinados pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), deveriam ser compartilhados com a MMGD (Micro e Minigeração Distribuída), avalia o diretor de Assuntos Econômicos e Regulatórios do Instituto Acende Brasil, Richard Lee Hochstetler.

Um [monitoramento](#) realizado pela entidade elencou o curtailment como tema de maior impacto no setor em 2024 e constatou que o fenômeno deve se agravar ao longo dos próximos anos caso não haja adequação regulatória. Segundo o instituto, parte disso se deve à expansão da Geração Distribuída, especialmente de energia solar, segmento que não é impactado pelos cortes de geração de energia atualmente.

“Do jeito que está a regulação, a geração distribuída passa impune nisso. Ela não está sujeita a nenhum curtailment e a nenhuma repartição desse custo. Esse é um dos pontos que surge de

desigualdade de tratamento e parte do problema está nessa expansão descoordenada da GD", avaliou Hochstetler à **Agência INFRA**.

O [Plano da Operação Elétrica de Médio Prazo](#) divulgado pelo ONS no último mês indica que a MMGD deve atingir cerca de 50 GW (gigawatts) de capacidade instalada até 2029, se consolidando como a segunda maior fonte de geração elétrica do país. Contudo, as projeções mostram que tal expansão pode levar a cortes de cerca de 40 GW de eólica e fotovoltaica centralizada, a fim de "garantir o equilíbrio entre carga e geração no sistema e mitigar o risco de perda de controlabilidade da frequência".

"Embora a expansão da MMGD seja um vetor significativo para impulsionar a transformação energética, ela também impõe desafios consideráveis à operação dos sistemas elétricos modernos. Entre esses desafios estão o controle de frequência e tensão, a necessidade de maior flexibilidade operacional e a gestão das restrições e gargalos na rede de transmissão, características que podem se intensificar com a expansão de recursos conectados diretamente às redes de distribuição e não controláveis", destacou o operador.

### **Custos**

Para Richard Lee Hochstetler, é importante que os custos do curtailment não recaiam apenas sobre os agentes, mesmo que isso possa significar mais gastos para os consumidores. Eles que terão de arcar com o ressarcimento do prejuízo gerado aos empreendimentos por meio dos ESS (Encargos de Serviços do Sistema).

"Quando a gente fala de ressarcimento, sim, isso recai sobre os consumidores, mas é menos custoso do que um aumento de prêmio de risco que vai ter ao longo dos próximos anos para todos os novos empreendimentos à medida que você percebe uma alocação de riscos desatrelada de qualquer aspecto gerenciável e minimamente previsível para os agentes", destacou o diretor.

"Querer alocar esse risco para os próprios agentes e responsabilizá-los de alguma forma pode ser muito problemático, porque aí a percepção de risco do sistema vai aumentar muito e vai tornar muito mais custoso a captação de recursos para para novos empreendimentos lá na frente".

Dados do Instituto Acende Brasil mostram que em 2024, cerca de 8,4% do potencial de geração dos parques eólicos foi desperdiçado por curtailment. O percentual chega a 13% nos parques fotovoltaicos. Juntos, os prejuízos representam cerca de R\$ 1 bilhão.

### **Ressarcimento**

Atualmente, só podem ser ressarcidos cortes classificados pelo ONS como "indisponibilidade externa", ou seja, quando o escoamento de energia é prejudicado pela indisponibilidade de instalações de transmissão. Já as outras classificações para o curtailment, "confiabilidade elétrica" (atendimento de requisitos para preservar a rede) e "razão energética" (geração de energia superior à demanda), não são passíveis de reembolso.

Para o instituto, é preciso uma adequação regulatória que permita ressarcimento para cortes definidos por "confiabilidade elétrica". "Eles têm as mesmas características, que é uma coisa que está fora do controle das geradoras e que não era previsível", ponderou o diretor.

Segundo Hochstetler, uma mudança de política operativa da magnitude que ocorreu após o apagão de agosto de 2023 "estava fora de qualquer radar, inclusive do próprio ONS". O evento ocorrido em 15 de agosto de 2023 levou o operador a um ajuste na operação "para representar com maior aderência o comportamento das fontes renováveis variáveis", o que "tem impactado o escoamento de geração renovável no Nordeste, aumentando o curtailment dos geradores para manter a confiabilidade do SIN ", diz o Plano da Operação Elétrica divulgado pelo ONS.

O Instituto Acende Brasil ainda defende que parte dos cortes classificados como "confiabilidade elétrica" sejam tratados como "indisponibilidade externa", já que se devem a atrasos de linhas de transmissão e subestações que estavam previstas para entrar em operação. "Na medida que essa confiabilidade foi afetada pela transmissão, faria mais sentido classificar isso então como por indisponibilidade do que por confiabilidade", explicou Hochstetler.

## ANEEL

Ainda em dezembro de 2024 a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) abriu uma terceira fase para a CP (Consulta Pública) 45/2019, que trata sobre critérios operativos para redução ou limitação de geração. A consulta vai até 10 de fevereiro deste ano e integra processo sob relatoria da diretora Agnes Costa.

O diretor-geral da agência, Sandoval Feitosa, chegou a se manifestar em novembro sobre o tema e disse que os custos dos cortes de geração não podem ser imputados aos consumidores: "O ponto que nós estamos fazendo hoje é tentar aprimorar possibilidades de remuneração pelo curtailment. O que a gente não pode, de maneira alguma, é buscar a solução mais fácil, que é simplesmente imputar esse custo ao consumidor de energia elétrica".



**LRCAP 2025** - [Portaria Normativa 97](#) do MME (Ministério de Minas e Energia) altera portaria que estabelece as diretrizes para a realização do Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência de 2025.

**Leilão de Potência** - [Portaria Normativa 96 de 2024](#) do MME (Ministério de Minas e Energia) estabeleceu as Diretrizes para a realização do Leilão para Contratação de Potência Elétrica, a partir

de empreendimentos de geração, novos e existentes, que acrescentem potência elétrica ao Sistema Interligado Nacional, denominado "Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência de 2025 - LRCAP de 2025".

**UTE** - [Despacho 3.933](#) da Superintendência de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica da ANEEL prorrogou por tempo determinado, a partir de 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, a operação comercial da UTE Araucária, no Paraná.

**GT Combustíveis** - [Portaria](#) do Ministério de Minas e Energia designou representantes para compor o Grupo de Trabalho que elaborará estudos para subsidiar o Conselho Nacional de Política Energética na proposição de medidas e diretrizes voltadas para o mercado nacional de combustíveis aquaviários, de aviação e GLP.

**Procedimentos de Rede** - A ANEEL abriu [Tomada de Subsídios 28/2024](#) para obter contribuições referentes à atualização dos Submódulos 7.14 - Procedimental e Responsabilidades e SM 7.15 - Procedimental e Responsabilidades dos Procedimentos de Rede. Intercâmbio de documentos até 13 de fevereiro.

**Estações Hidrológicas** - A ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) abriu [Tomada de Subsídios 1/2025](#) para receber contribuições ao processo de Diretrizes para Elaboração do Relatório de Instalação de Estações Hidrológicas, no âmbito da Resolução Conjunta ANA ANEEL nº 127/2022. Contribuição até 15 de fevereiro.

**Suspensão** - [Despacho 3.902](#) de 2024 da Superintendência de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica da ANEEL suspendeu, a partir de 16 de janeiro de 2024, a operação comercial das unidades geradoras UG 01 a UG 08 da UTE Petrolina, em Pernambuco.

**Fundos** - [Portaria Interministerial 3](#) do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional estabeleceu normas de estruturação e padronização dos procedimentos básicos para aprovação da participação financeira do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) em projetos.

**Bandeira verde** - [Despacho 3.928](#) da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) estabeleceu bandeira tarifária verde para os consumidores no mês de janeiro.

**RenovaBio** - Lei 15.082 do Poder Legislativo altera lei que dispõe sobre a RenovaBio (Política Nacional de Biocombustíveis) para incluir os produtores independentes de matéria-prima destinada à produção de biocombustíveis.

## i | AGENDA

**Lula** - O presidente da República [reúne-se](#), às 10h, com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Às 15h, reúne-se com os ministros Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional) e Paulo Pimenta (Comunicação Social) e com o ministro das Cidades substituto, Hailton de Almeida. Também participam da reunião a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, e o presidente da Caixa, Carlos Vieira.

**Alexandre Silveira** - O ministro de Minas e Energia não tinha compromissos oficiais divulgados na agenda de hoje (6) até o fechamento desta edição.

**Fernando Haddad** - O ministro da Fazenda reúne-se, às 10h, com o presidente Lula, no Palácio do Planalto.

## i | MONITOR

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Não houve movimentação entre as propostas legislativas de interesse do setor que são acompanhadas pelo iNFRAMonitor.

### NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS

Não houve apresentação de propostas legislativas relevantes para o setor.

## i | FIQUE DE OLHO

**Previsão de carga** - A projeção da carga no SIN (Sistema Interligado Nacional) é de crescimento de

3,6% até o fim de janeiro. Segundo boletim do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), referente à semana operativa de 4 a 10 de janeiro, o subsistema Norte deve ter alta de 10,2%, com 7.980 MWmed (megawatts médios). O Sul deve crescer 3,9%, com 14.383 MWmed, e o Nordeste deve apresentar crescimento de 3,1%, com 13.695 MWmed. Já o Sudeste/Centro-Oeste deve crescer 2,6%, com 46.435 MWmed.

**Custo da operação** - De acordo com o boletim do ONS, o CMO (Custo Marginal de Operação) está em R\$ 40,52 para todos os subsistemas. A íntegra do relatório está disponível [neste link](#).

**Reservatórios e afluições** - Ainda de acordo com o ONS, as afluições da região Norte devem chegar a 121% da MLT (Média de Longo Termo) até o fim de janeiro. No Nordeste, a estimativa é de que cheguem a 109%. Para o Sudeste/Centro-Oeste, as afluições devem chegar a 92%, e para o Sul, a 67% da MLT. O volume dos reservatórios deve chegar ao fim do mês com capacidade de 82,5% no Norte; 70% no Nordeste; 64,3% no Sul; e 63,4% no Sudeste/Centro-Oeste.

**Leilão de energia** - O MME (Ministério de Minas e Energia) publicou no Diário Oficial da União da última quinta-feira (2), a Portaria Normativa 96, com regras para "a realização do Leilão para Contratação de Potência Elétrica, a partir de empreendimentos de geração, novos e existentes", previsto para 27 de junho. Serão contratadas térmicas existentes a gás natural com entrega entre 2025 e 2027 e térmicas a gás natural e biocombustíveis para entrega entre 2028 e 2030. Hidrelétricas poderão participar com ampliação de capacidade instalada e entrega prevista para 2030, conforme condições específicas estabelecidas na legislação. O ato pode ser lido [neste link](#).

**Cadastramento em leilão** - A EPE (Empresa de Pesquisa Energética) divulgou orientações para o cadastramento no Leilão de Energia Nova A-5 de 2025. O certame aceitará projetos de CGH, PCH, UHE com até 50MW (megawatts) e ampliações similares. Interessados devem cadastrar os projetos no Sistema Aeg e enviar a documentação até 07 de fevereiro, às 12h. Saiba mais [neste link](#).

**Zona Franca de Manaus** - A Refina Brasil protocolou na última sexta-feira (3) um [ofício](#) à Presidência da República pedindo a sanção de dispositivo aprovado no PLP (Projeto de Lei Complementar) 68/2024, que regulamenta a reforma tributária, que prevê o uso de benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus também para o refino de petróleo. No documento, a entidade defende que a inclusão dessa atividade no regime tributário da Zona Franca não é "uma concessão ou privilégio" mas um mecanismo de "atração de investimentos e segurança energética".

**Sandboxes tarifários** - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) abriu tomada de subsídios para discutir a comunicação dos resultados dos Sandboxes Tarifários. Interessados podem enviar contribuições até 28 de fevereiro [neste link](#).

**Sistemas isolados** - O MME abriu chamada pública para projetos que reduzam o custo de geração de energia na Amazônia, com R\$ 372 milhões disponíveis pelo programa Energias da Amazônia. Os projetos podem ser enviados até 21 de fevereiro e visam melhorar sistemas isolados por meio de interligações, fontes renováveis, eficiência energética ou redução de perdas. Saiba mais sobre o

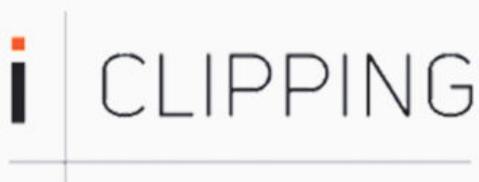
edital [neste link](#).

**Documentos do ONS** - O ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) lançou o Protocolo ONS, um sistema que busca agilizar e tornar mais seguro o envio e acompanhamento de documentos institucionais. Ofícios, cartas e convites devem ser enviados exclusivamente pelo Protocolo, disponível no Portal SINtegre. Saiba mais [aqui](#).

**Produção de petróleo e gás** - Em novembro de 2024, a produção total de petróleo e gás no Brasil foi de 4,301 milhões de barris de óleo equivalente por dia. A produção somente de petróleo foi de 3,310 milhões de barris por dia, com aumento de 1,3% em relação a outubro, mas queda de 10% comparado a novembro de 2023. A produção de gás natural foi de 157,64 milhões de metros cúbicos por dia, com redução de 0,8% frente ao mês anterior e 2,8% em relação ao mesmo mês de 2023. Confira o levantamento [neste link](#).

**Acordo da Petrobras e Prio** - A Petrobras firmou acordo com a Prio, permitindo à operadora acessar o Sistema Integrado de Escoamento de Gás Natural da Bacia de Campos e a Unidade de Tratamento de Gás de Cabiúnas. Com os contratos, a Prio poderá escoar e processar gás natural dos campos de Frade e Albacora Leste. A operação comercial começou na última quarta-feira (1º). Mais informações [neste link](#).

**Autorizações à Brava Energia** - A Brava Energia [informou](#) que recebeu autorização da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), em 30 de dezembro de 2024, para iniciar a produção no FPSO Atlanta (Sistema Definitivo). A mobilização para o início das operações já está em andamento. Além disso, a reguladora também [autorizou](#) a retomada da produção do ativo Papa-Terra pela empresa.



Portaria com diretrizes para certame de segurança energética poderia trazer mais competição sem separação de termelétricas, afirmam agentes. (Valor)

-----  
)  
-----

Combustíveis fecharam em alta em 2024, com destaque para etanol hidratado e gasolina, que subiram 20,4% e 10,2%, respectivamente. (Estadão, domingo)

-----

Foco do certame serão usinas termelétricas a gás, de biocombustíveis e hidrelétricas. (Folha de S.Paulo, sábado)

-----

Agência fez chamadas públicas que receberam 30 propostas; nove projetos-piloto de 14 distribuidoras foram selecionados e estão em andamento. (Valor, sexta-feira)

-----

As entidades defendem a exclusão completa dos artigos 19, 22 e 23 do PL, por entenderem que eles "divergem significativamente do objetivo original do projeto". (Valor, sexta-feira)

-----

Brasil conhece o caminho para garantir uma virada histórica: fazer o mercado de carbono funcionar, alinhar as agendas de clima e natureza e mudar o rumo do financiamento energético. (Opinião - Valor, sexta-feira)

-----

Disputa entre governo e Congresso traz riscos para eficiência de serviços prestados, que precisam de investimento seguro. (Editorial, Folha de S. Paulo, quinta-feira)

-----

Decreto ainda mantém benefícios para produtos médicos utilizados em hospitais e clínicas. (Painel, Folha de S. Paulo, quinta-feira)

-----